



20 SET 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROTOCOLO GERAL

Processo: 23087.005358/2010-00 Data: 20/9/2010
Interessado: David Fernando dos Santos Azevedo – Sócio Proprietário – SHA Comércio de Alimentos Ltda.
Assunto: Concorrência Pública 01/2010 – Interpor CONTRA RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO em face do Recurso apresentado pela empresa Antunes e Pereira Restaurante e Lanchonete Ltda.
Destino: Presidente da CPL/UNIFAL-MG

MOVIMENTAÇÕES

SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01				15			
02				16			
03				17			
04				18			
05				19			
06				20			
07				21			
08				22			
09				23			
10				24			
11				25			
12				26			
13				27			
14				28			

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:



Av. Lucas Nogueira Garcez, 2600 - Nova Jacareí
cep 12.325-000 - Jacareí, SP
Tel.: (12) 3023 5000 - Fax: (12) 3023 5001
www.sha.com.br
sha@sha.com.br

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL – MG.**

23087.005358/2010-00

UNIFAL-MG
Universidade Federal de Alfenas

20 SET 2010

PROTOCOLO GERAL

Concorrência Pública 01/2010

Processo nº. 23087.003278/2010-10

SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., empresa com sede à Avenida Lucas Nogueira Garcez, nº 2600 – Nova Jacareí – Jacareí – São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.980.272/0001-90, com Inscrição Estadual nº 392.100.603.110, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 109, § 3º da Lei 8.666/93, interpor **CONTRA – RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do Recurso apresentado pela empresa Antunes e Pereira Restaurante e Lanchonete Ltda., pelos motivos de fato e direito que passa a expor:

1 - DOS FATOS

A Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL – MG em absoluta consonância com os princípios e normas jurídicas atinentes as contratações públicas, publicou o edital de concorrência, de numeração em epígrafe

objetivando a concessão de uso do Restaurante Universitário e da Cantina do Campus da Universidade, nas cidades de Alfenas/MG e Poços de Caldas por parte de empresa do ramo de serviços de alimentação coletiva, com vistas ao fornecimento de café da manhã, refeições do almoço em bandejão e marmitex e refeições do jantar, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas aos beneficiários.

Com efeito, durante o procedimento licitatório, três empresas se credenciaram objetivando explorar o objeto licitado, das quais restaram habilitadas a Recorrente bem como a empresa Junco & Moreira Ltda. EPP, tendo sido declarada inabilitada a proponente Antunes e Pereira Restaurante e Lanchonete Ltda.

Em face disto, a Recorrente, se vale de Recurso Administrativo para requerer a reforma da decisão que a inabilitou.

Em suas razões, insurge-se no sentido de que, teria sido inabilitada em face de não haver apresentado, no momento da abertura dos envelopes de habilitação, cópias dos documentos devidamente autenticados.

Alega que os documentos apresentados em copia simples são todos verdadeiros e que a Comissão teria a faculdade de requerer a apresentação dos documentos originais.

Contudo, data maxima venia, temos que a respeitosa decisão prolatada por esta Comissão Permanente de Licitações, no sentido de inabilitar à licitante, não está a merecer reparos, posto que, em absoluto compasso ao que determina a legislação de regente. Senão Vejamos:

2 - DA CONTRADIÇÃO DOS TERMOS DO RECURSO



Apenas para demonstrar a falta de lisura da Recorrente na condução do procedimento licitatório, bem como a falta de atenção os próprios termos do edital, forçoso destacar a impropriedade cometida pela mesma em suas razões de recurso.

Ao narrar os fatos, a recorrente salienta que a D. Comissão a teria inabilitado por suposta ofensa ao artigo 21 do edital convocatório. Ato continuo, ao descrever as razões de reforma menciona que teria sido inabilitada por ocasião da ofensa a clausula 30 do instrumento.

Contudo, estranhamente, nenhum dos dois dispositivos citados pelo recorrente se enquadram nos motivos que ensejaram a sua inabilitação porquanto, consoante restará demonstrado, a empresa não se enquadrrou no quanto disposto nos artigos 31 e 31.1 do edital, além haver afrontado preceito expresse da lei de licitações.

3 - DO DIREITO

3.1 – DA NESCESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA R. DECISÃO

Nos termos em que se verifica da Ata de Reunião desta Comissão Permanente de Licitação, que traz o teor do resultado do julgamento da Concorrência nº 01/2010, a recorrente fora inabilitada por haver apresentado documentos em cópia simples desacompanhadas dos respectivos originais, decisão esta que se encontra no mais absoluto compasso com o que determina as normas que regem o procedimento.

Isto porque, a atitude do recorrente afrontou o quanto disposto no artigo 31 do edital convocatório, cujo teor trouxe a seguinte redação:



3

31. Os documentos exigidos nesta Concorrência poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por membro da Comissão Permanente de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Nota-se pelo teor do dispositivo que o mesmo fora muito claro em dispor que, os documentos aptos a ensejar a habilitação da licitante deveriam, obrigatoriamente, serem apresentados ou no original ou de forma autenticada, rechaçando, todavia, a aceitação de documentos em cópia simples.

Ato contínuo, de fato, o dispositivo prevê que a própria Comissão poderá autenticar o documento. Entretanto, a autenticação apenas pode ser realizada desde que a proponente proceda a apresentação do documento original.

Neste sentido, dispôs a cláusula 31.1 do instrumento:

31.1 Os documentos poderão ser autenticados pela Comissão Permanente de Licitação, **a partir do original, até** o horário da abertura dos envelopes documentação;

Depreende-se, portanto, que não cabe a Comissão autenticar documentos simples, mas apenas e tão somente, proceder a autenticação de copias simples, devidamente acompanhadas do seu original, a fim de se verificar a veracidade de todas as informações prestadas.

Inclusive, a cláusula 31.1 vai mais além ainda e salienta que esta autenticação partida do original apenas e tão somente pode ser realizada **até** o



4

horário da abertura dos envelopes, o que a contrário sensu implica dizer que, é absolutamente vedado a autenticação dos mesmos no momento da análise dos requisitos de habilitação, ou mesmo em ato posterior a sessão de abertura.

No caso da recorrente, a mesma apenas apresentou inúmeros documentos, por meio de cópia simples, sem, todavia, apresentar juntamente os documentos originais, situação que impossibilita a autenticação pela Comissão.

Ora, a situação é muito clara. Como a D. Comissão poderia autenticar documentos apresentados de forma simples, sem confrontar sua veracidade com os documentos originais?

O simples fato da recorrente afirmar que os mesmos são verdadeiros, não obriga ou mesmo legitima a Comissão Julgadora de habilitá-la porquanto salutar a imparcialidade e a objetividade que deve-se reger os procedimentos licitatórios.

E mais, em sendo dispositivo expresso constante no instrumento convocatório, no sentido de que, as autenticações apenas podem ser realizadas quando apresentado concomitantemente, os documentos originais e os de copias simples, afasta-se a discricionariedade da Administração, porquanto a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é medida que se impõe.

A disposição constante no edital, encontra respaldo na própria lei Lei 8.666/93 cujo teor indica que, para efeito de habilitação podem ser apresentados: originais, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples,

mas estas desde que, devidamente acompanhadas do original para que se possa, no ato, fazer a devida autenticação por servidor da Administração.

Tal exigência, como dito, encontra amparo no art. 32 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, motivo pelo qual, não pode ser desconhecido ou alterado por mero ato administrativo em virtude da aplicação do princípio da legalidade estrita.

Situação idêntica a ocorrida no caso da Recorrente já fora submetida ao crivo do Tribunal Regional Federal, que de forma simples e objetiva rechaçou a habilitação de empresa que tenha apresentado documentos sem a devida autenticação ou desacompanhadas dos originais, porquanto, segundo o órgão Federal, a relevação da falha teria o condão de afrontar o preceito da isonomia que deve reger os participantes.

Neste sentido:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. LICITANTE QUE, EM DESACORDO COM O EDITAL, APRESENTA DOCUMENTO SEM AUTENTICAÇÃO OU RECONHECIMENTO DE FIRMA. INABILITAÇÃO. 1. Não apresentada pela licitante-agravante a documentação em conformidade com o edital, ou seja, em original, cópia autenticada, ou em cópia simples mediante a apresentação dos originais para conferência e autenticação, não há como considerá-la habilitada ao fundamento de que se cuida de mera falha fortuita, sob pena de malferimento ao princípio

isonômico. 2. Agravado desprovido. Inabilitação da agravante mantida. (6ª T., AG 200601000372322, DJ 14/05/2007).

Deveras, incontroverso, portanto, a necessidade de manutenção da decisão prolatada pela D. Comissão, nos autos do certame, haja vista que, em absoluto compasso tanto com a própria disposição editalícia quanto com a própria legislação regente.

Importante apenas destacar que, nem se diga pela aplicabilidade do disposto na cláusula 31.4 do edital, uma vez que, a regra é válida apenas na hipótese dos documentos autenticados no Cartório terem em seu teor indícios de irregularidades.

Ou seja, se acaso a licitante traga aos autos os documentos já autenticados no Cartório, a Comissão se reserva no direito de requerer que sejam apresentados os documentos no original a fim de confrontar as informações prestadas.

Contudo, a regra não se aplica na hipótese da licitante trazer aos autos documentos apresentados na forma simples, desacompanhadas do original e sem autenticação pelo cartório, uma vez que, a redação da cláusula 31.4 é apenas complementar ao quanto estabelecido nos itens 31 e 31.1, bem como com o quanto disposto na Lei de Licitações.

4 – CONCLUSÃO

Em face do todo o exposto, rogamos pela consideração desta D. Comissão de Licitação para o fim de, acolher as razões ora apresentadas e



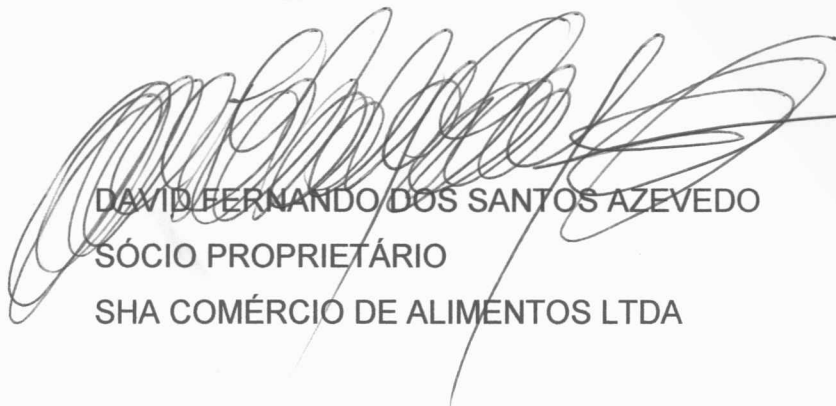
7

julgar pela manutenção da acertada decisão proferida, que em absoluto atendimento a lei de licitações bem como ao disposto no edital convocatório, decidiu pela inabilitação da licitante Antunes e Pereira Restaurante e Lanchonete Ltda., dando – se ao final, pela improcedência do Recurso Administrativo intentado, por ser medida de lidima justiça!

Termos em que

Pede-se deferimento

Alfenas, 17 de Setembro de 2010.



DAVID FERNANDO DOS SANTOS AZEVEDO
SÓCIO PROPRIETÁRIO
SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA